

Semianel viário de Irecê vai se chamar Avenida de Contorno Maria Vaz

O novo semianel viário de Irecê, que liga o entroncamento de três rodovias baianas, vai se chamar Avenida de Contorno Maria Vaz. Trata-se de uma homenagem proposta na Assembleia Legislativa pela deputada Fabíola Mansur (PSB) e que foi aprovada por unanimidade em plenário, na tarde desta quarta-feira (24). A votação ocorreu graças ao entendimento firmado entre os líderes do governo, Rosemberg Pinto (PT), e da oposição, Alan Sanches (UB).

Para facilitar a aprovação do Projeto de Lei 25.306/24, o acordo envolveu inclusive a dispensa de quase todos os tempos das representações partidárias. Apenas utilizou o expediente o deputado Dr. Diego Castro (PL), que falou por cinco minutos, no horário da bancada PL/SD. Fabíola, por sua vez, abriu o pequeno expediente para apresentar a sua iniciativa aos colegas e defender a sua aprovação. Primeiro ela descreveu a importância do semianel para o desenvolvimento da região e depois ela contou a história de Maria Vaz, mãe do prefeito de Irecê, Elmo Vaz.

SONHO

A história do semianel remonta aos idos de 2016, quando o recém-eleito prefeito Elmo começou a defender o desvio para tirar o tráfego pesado proveniente das BA-052, BA-148 e BA-



Proposta apresentada pela deputada Fabíola Mansur para homenagear mãe do prefeito foi acatada pelo plenário

432 do centro de Irecê, pela Avenida Primeiro de Janeiro. As obras tocadas pelo Governo do Estado começaram em 2022. A nova estrada de sete quilômetros de extensão é "importantíssima para o desenvolvimento da região", segundo Fabíola. Ela classificou a iniciativa de visionária, ressaltando que se abre uma nova rota de escoamento da produção agrícola da região, além de interligar as cidades circunvizinhas em seu entorno.

"Por sua grande relevância, necessário se faz estabelecer uma denominação do tamanho de sua grandeza", disse a deputada, em sua justificativa ao projeto. Ela destacou que "Maria Vaz Bastos de Matos, ou simplesmente



te Dona Mariazinha, sempre foi uma mulher religiosa, empreendedora e guerreira. Apesar de não ter tido oportunidade de estudar, Maria Vaz acreditava na educação como ninguém e por isso lutou incansavelmente para ver seus filhos alcançarem o nível de educação superior.

A homenagem iniciou sua carreira profissional como costureira e, mais tarde, em sociedade com seu futuro esposo Joel, foi proprietária da Loja Matos. Nascida em Gentio do Ouro, mudou-se na década de 70 para Irecê, onde viveu até seus últimos dias. Foi lá que abriu a Loja Joelma Fashion, empreendimento que pertence à família até hoje.

"Como a grande maioria das mulheres brasileiras da sua época, além de trabalhar fora de casa, dava conta dos afazeres domésticos e familiares", lembrou Fabíola, considerando-a "uma matriarca à frente do seu tempo, seja na sua capacidade de liderar, seja na de cuidar dos seus". Por mais de cinco décadas viajou para os principais centros de moda, em busca de novidades, onde ia fazer compras, a exemplo de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. "Outra marca registrada e forte em Mariazinha era sua determinação, liderança e persistência, características herdadas pelos seus filhos, sobretudo pelo atual prefeito de Irecê, Elmo Vaz", elogiou.

Legislativo promove roda de conversa intitulada "Racismo Não é Mimimi"

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) promoverá, na próxima terça-feira (30), a roda de conversa "Racismo Não é Mimimi". O debate terá a participação do presidente do Legislativo, deputado Adolfo Menezes, da secretária estadual de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sepromi), Ângela Guimarães, da pós-doutora em educação, Mabel Freitas, e do vereador de Salvador e presidente de honra do Instituto Steve Biko, Sílvio Humberto. O encontro ocorrerá no Auditório Jornalista Jorge Calmon a partir das 9h30.

Para o presidente da ALBA, deputado Adolfo Menezes, é preciso combater qualquer forma de racismo e de intolerância racial. "Não basta ser contra o racismo, temos que ser antirracistas também, porque é inadmissível e intolerável que ainda haja discriminação por causa da cor da pele. O nosso povo, o povo da Bahia, ao longo de sua história, sempre repudiou o racismo, que é abominável em qualquer tempo — no passado e, pior ainda, nos dias de hoje. Todos os atuais 63 deputados da ALBA repudiam, veementemente, o racismo, que não é 'mimimi' nenhum, mas crime", disse o chefe do Legislativo

baiano.

A professora e pesquisadora Régia Mabel da Silva Freitas, doutora em difusão do conhecimento, palestrante e organizadora de eventos, livros e periódicos acerca das relações raciais, com ênfase em educação antirracista, afirma que o evento é uma oportunidade de debater as consequências do pós 13 de maio de 1888 para as populações negras, além de abordar as políticas públicas antirracistas à luz de atuações municipais e estaduais dos poderes Legislativo e Executivo.

Para a docente, o debate fora do calendário do Novembro Negro, período em que as discussões de políticas de combate ao racismo se acentuam, deve se tornar uma rotina necessária. "Urge que as discussões e ações de combate ao racismo sejam desescaladas. Não podemos esperar 13 de maio, 25 de julho e 20 de novembro para refletirmos de forma propositiva sobre um crime que é cometido há séculos", argumentou Mabel Freitas. As datas referenciadas pela pesquisadora são, além da abolição da escravidão comemorada em 13 de maio: 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribe-

nha, um marco na luta e resistência da mulher negra contra o racismo e o sexismo, e 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Também participante da roda de conversa, a secretária de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia, Ângela Guimarães, frisou que o racismo é uma marca constitutiva da formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil. "Em todos os setores da vida social, ele se faz presente, subalternizando a população negra. Portanto, é fundamental debater esse tema para que as pessoas possam identificar e denunciar crimes desta natureza, assumindo uma postura antirracista no cotidiano. No âmbito do poder público, estamos empenhados em fortalecer e implementar políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial", destacou a gestora, que é graduada em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e militante da luta antirracista.

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fundador e presidente de honra do Instituto Steve Biko, o vereador Sílvio Humberto enfatizou



a importância de debater o problema do racismo nas instâncias em que as políticas públicas são elaboradas. "É fundamental abordar um fenômeno que, mesmo atravessando a sociedade por séculos, ainda é muito discutido no viés da violência policial ou no ataque verbal direcionado à cor da pele. O racismo está nas entranhas das instituições, nas sutilezas das ações bem intencionadas, na divisão das hierarquias", contextualizou o legislador, que tem histórico de atuação em áreas como ações afirmativas, relações raciais e as conexões Brasil-África.



Parlamentares entregarão uma carta ao embaixador do Canadá no Brasil, Emmanuel Kamarianakis

Defesa do Consumidor se integra à comitiva que vai a Brasília tratar da ViaBahia

A Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho vai integrar o grupo de deputados que irá a Brasília entregar uma carta ao embaixador do Canadá no Brasil, Emmanuel Kamarianakis. O documento, a ser assinado também pelos integrantes das comissões de Agricultura e Política Rural, e de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, será um relato de todos os problemas enfrentados pela Bahia com a concessionária ViaBahia e os descumprimentos do contrato da empresa com o Estado. A proposta é do deputado Eduardo Salles (PP) e tem por embasamento o descaço da ViaBahia para com a conservação das rodovias federais que administra no Estado e, também, em relação aos constantes convites do Legislativo baiano para que compareça a reuniões e audiências públicas para tratar do problema.

A escolha da embaixada se deu porque o fundo que administra a ViaBahia, o PSP Investments, é canadense e

o único acionista da Roadis Transportation, que detém 94,7% do capital social da ViaBahia. A proposta de Salles é, já que a concessionária não atende aos constantes convites para comparecer ao Legislativo, que o problema seja internacionalizado através de uma audiência com o embaixador. Os deputados baianos vão aproveitar a ida à capital federal para buscarem mais uma audiência, desta vez com o ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz. Neste encontro, os parlamentares irão convidar o ministro para uma reunião na Assembleia Legislativa da Bahia, onde deverão ser relatados os entraves que atrasam obras estruturantes para o Estado, como a Fiol, o Porto Sul e a própria situação ViaBahia.

Também na reunião desta quarta-feira, a Comissão aprovou parecer favorável do deputado Dr. Diego Castro (PL) ao projeto de lei oriundo do próprio Legislativo, de autoria do deputado Alan Sanches (UB). A proposição,

de Nº 22.644/2017, obriga os estabelecimentos comerciais a discriminar, nos talões de crediário, o valor correspondente à parcela do produto e o valor dos juros cobrados. O autor da proposição considerou que a modalidade crediário resiste e ainda é "largamente utilizada" por quem não possui cartão de crédito, e que sobre ela são aplicadas elevadas taxas de juros, por vezes com montante superior ao cobrado pelas administradoras de cartão de crédito, sendo, portanto, "a opção menos vantajosa ao consumidor".

O parecer corrobora o direito do consumidor a ter acesso a todas as informações sobre produtos e serviços adquiridos, com base, inclusive, no Artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, que assegura ao adquirente, como direito básico, informações também sobre preços e tributos. O presidente Júnior Muniz (PT) ainda designou o deputado Tiago Correia (PSDB) como relator do projeto de Lei 21.703/15,

de Alex da Piatã (PSD), que obriga as empresas operadoras de planos de saúde com atuação na Bahia a notificar, prévia e individualmente, aos conveniados sobre o descumprimento de hospitais, laboratórios, médicos e congêneres.

Outro assunto discutido pelos parlamentares na reunião colegiada foi o cancelamento de voos para o interior do Estado, promovido pelas companhias aéreas. O problema foi abordado por Júnior Muniz, que exortou os colegas a adotarem uma posição rápida e enérgica para que essas rotas áreas sejam retomadas o mais rápido possível. "A Bahia está sendo prejudicada", disse o petista ao lembrar que as empresas receberam incentivos fiscais do Governo do Estado para manterem os voos em operação, como a redução do ICMS no preço dos combustíveis. Mas não adiantou. "Sofremos há muito tempo com a precariedade da mobilidade área", concordou o deputado Euclides Fernandes (PT).


AGORA É LEI

Promulgada lei que proíbe cobrança para emissão de diplomas escolares

Promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Menezes, no dia 4 de abril de 2024, a Lei nº 14.664/2024 proíbe a cobrança, pelas instituições educacionais, de taxas de emissão de registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares, no âmbito do Estado da Bahia. De autoria do deputado Pedro Tavares (MDB), foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo no dia seguinte à promulgação.

A proposta tramitou na Casa com o nº 21.835/2016, tendo sido aprovado no plenário e pelas comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Seu texto veda a cobrança "da primeira emissão de documentação comprobatória do curso de nível fundamental, médio e superior, bem como da primeira via de documentação comprobatória das atividades acadêmicas



PL é de autoria do deputado Pedro Tavares (MDB)

oferecidas aos estudantes nelas matriculados ou formados".

Também define, em seu parágrafo único, como sendo documentação comprobatória os diplomas, certificados, históricos escolares, certidões e declarações acadêmicas e escolares em geral, como os que atestam programas de curso, horários e turno de aulas, estágio, planos de ensino,

negativas de débito na instituição e na biblioteca, disciplinas cursadas, para transferência, colação de grau, de conclusão de curso, atestados de natureza acadêmica ou escolar e assemelhados.

Quando apresentou a matéria, Pedro Tavares relatou que faculdades, universidades e escolas, não só privadas como também algumas públicas, cobram taxas

absurdas para liberação de qualquer tipo de documento acadêmico, como diplomas, certificados, certidões etc. "Não há cabimento cobrar pela primeira emissão e o registro dos diplomas, que são o documento fundamental para atestar a conclusão dos estudos. Pela legislação vigente – incluída a Constituição Federal, o formado necessita frequentemente comprovar, na vida civil, o cumprimento desta ou daquela etapa de ensino e seu diploma é o atestado", anoto o emedebista.

De acordo com o parlamentar, esta emissão documental integra o rol das obrigações institucionais, seja o estabelecimento privado ou público. O texto da lei prevê, em caso de não cumprimento, penalidades às instituições que vão de advertência a multas, de 5 a 20 UPFs em caso de autuação, e de 21 a 40 UPFs, nos casos de reincidência. Determina ainda que as sanções previstas serão aplicadas pelo Programa de Proteção e Orientação ao Consumidor (Procon/BA).

Ricardo Rodrigues parabeniza Exposição Agropecuária de Irecê

O deputado Ricardo Rodrigues (PSD) apresentou, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), uma moção de aplausos à Exposição Agropecuária de Irecê (Expoagri) e à Associação de Agropecuaristas da Região de Irecê (Aprir), realizadora do evento. A Expoagri começou o nesta quarta-feira (24) e vai até a sexta-feira (26) no parque de exposições na cidade.

"As exposições agropecuárias são parte de uma tradição brasileira que possui significados culturais importantes para a sociedade. Esses eventos dos diversos segmentos agropecuários estimulam o acesso a tecnologias inovadoras, crédito rural, agroindústria, associativismo e negócios da cadeia agropecuária, além de serem uma grande festa de entretenimento, lazer e cultura", explica Ricardo Rodrigues.

Ele destaca, no documento, a importância da Aprir, como entidade responsável pela realização



Deputado Ricardo Rodrigues (PSD)

do evento, e diz que a Expoagri está entre as maiores da Bahia, apontando Irecê e toda sua macrorregião como um dos principais polos agroeconômico do estado, com uma grande diversidade empreendedora.

"Parabenizo todos os parceiros e colaboradores, públicos

e privados, e de forma destacada o Governo do Estado da Bahia, por meio das Secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Rural, o governo federal pelo apoio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e dos bancos do

Brasil e Nordeste", escreveu o legislador. Ele parabenizou ainda o município anfitrião de Irecê, por meio da prefeitura municipal, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FaeB), o Sindicato dos Produtores Rurais da Região de Irecê e demais pessoas e instituições envolvidas na realização da Expoagri.

"Em nome dos membros da diretoria da Aprir, que tem o Dr. Alan como presidente, parabenizo-os pelo grande evento que faz parte do calendário oficial do setor no Estado da Bahia. Como testemunha ocular da história da Aprir, estou apoiando o evento e participarei mais uma vez, de forma oficial, juntamente com colegas deputados da Assembleia Legislativa da Bahia, capitaneados pelas comissões de Agricultura e de Infraestrutura", informou Ricardo Rodrigues.

Ele comunicou ainda que, na oportunidade, os deputados dos colegiados farão uma sessão itinerante na Expoagri, pautando temas relevantes para o desenvolvimento da região de Irecê.

O deputado Sandro Régis (UB) propôs, por meio de projeto de resolução protocolado na Casa Legislativa, a concessão da maior honraria da ALBA, a Comenda 2 de Julho, ao governador de Goiás, Ronaldo Ramos Caiado.

No documento, o parlamentar justificou sua proposta na trajetória política de Ronaldo Caiado, nascido em Anápolis, formado na Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Produtor rural ligado à Associação Goiana de Criadores de Zebu, à Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura e à Associação Goiana de Criadores de Nelore, Caiado foi criador e presidente da União Democrática Ruralista (UDR), ingressando, por conta disso, na vida política.

“Ao deixar a presidência da UDR, em 1989, e com o restabelecimento das eleições diretas, Ronaldo Caiado candidatou-se à presidência da República”, lembrou.

TRAJETÓRIA

Régis destacou a atuação de Caiado como deputado federal, em seus cinco mandatos: em 1990, “o mais votado de Goiás, alcançando a soma de 98.256 votos”; em 1998, pelo PFL, obtendo a maior votação da le-



Deputado Sandro Régis (UB)

genda e a segunda maior votação do estado; assim como em 2002, em 2006 e 2010.

“Durante os mandatos, seguiu atuando como líder da bancada ruralista no Congresso Nacional e como defensor do

Sandro Régis sugere Comenda 2 de Julho para Ronaldo Caiado



Caiado é governador de Goiás

agronegócio, também atuando como titular das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado”, relatou.

Também participou como titular das Comissões Perma-

nentes de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Finanças e Tributação, das comissões Permanentes de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Fiscalização Financeira e Controle, e Seguridade Social e Família.

Em 2014, Caiado foi eleito senador com 1.283 665 votos, 47,57% dos votos válidos.

“Durante sua atuação política, Ronaldo Caiado ficou conhecido no cenário nacional por ser o defensor do agronegócio”, reforçou.

Nas eleições de 2018 e de 2022, Ronaldo Caiado foi eleito governador de Goiás, no primeiro turno, com 59,73% e com 51,81% dos votos válidos, respectivamente. Segundo Régis, Caiado se tornou a principal voz da classe produtora do Brasil, “o grande defensor do agronegócio que atinge toda a federação Brasileira, principalmente a Bahia que se tornou um dos estados mais importantes da nação”, colocou.

Para o deputado baiano, o encaminhamento da homenagem é plenamente justificável, “não só pela sua brilhante carreira como médico, mas também como político de ilibada conduta nos interesses dos brasileiros e baianos”, justificou.

Aniversário de Caldeirão Grande é saudado por Júnior Nascimento

O deputado Júnior Nascimento (UB) apresentou, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), moção de congratulações pelo aniversário de 62 anos de emancipação política e administrativa do município de Caldeirão Grande, que será celebrado neste dia 25 de abril. O legislador solicitou à Casa que dê conhecimento da homenagem à Prefeitura, Câmara Municipal de Vereadores e órgãos de imprensa local.

No documento, o parlamentar informa que, inicialmente, Caldeirão Grande pertencia ao município de Saúde, localizada em uma propriedade chamada Fazenda Boqueirão, do Coronel Porfírio Ferreira. “Esta fazenda foi comprada pelas famílias

‘Bezerra, Brasileiro e Correia’, que passaram a residir ali, registre-se que também vieram pessoas oriundas de Queimadas, Santa Luz, Campo Formoso, Caldeirão de Mulato, dentre outros”, anotou, acrescentando que formou-se um povoado no local onde existia caldeirões de pedras, passando a chamar-se de Caldeirão Grande.

Registra a moção, entre outros aspectos, que o município possui pouco mais de 13 mil habitantes, segundo o IBGE de 2022, tem como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e um território rico em belezas naturais e diversas formações geológicas. O deputado destacou ainda a força, coragem, bravura e resistência do povo caldeirão-



Deputado Júnior Nascimento (UB)

-grandense.

“Parabenizo o povo caldeirão-grandense pela passagem desta data que tanto fortalece o sentimento de vitória e honra a toda população, e digo que me sinto muito feliz em fazer parte do grupo político do prefeito Candinho Guirra, ajudando e

articulando junto aos órgãos estaduais e federais para que seja contínua a transformação da vida desse povo, buscando sempre recursos, investimentos, para que o município se torne cada dia mais desenvolvido social e economicamente”, escreveu Júnior Nascimento.

Escola do Legislativo promove palestra sobre Regimento Interno da Casa do Povo

A Escola do Legislativo promoveu nesta quarta-feira (24), das 9h30 às 12h30, no Auditório Jornalista Jorge Calmon, uma palestra sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ministrado pelo diretor parlamentar, Geraldo Mascarenhas. Cerca de 60 servidores, de vários departamentos, e assessores de gabinete dos deputados participaram do debate, fazendo perguntas sobre a prática do cotidiano, como também aprendendo a respeito dos conceitos, espécies, autoria e tramitação das proposições legislativas, que são matérias submetidas à deliberação da Casa do Povo.

Mascarenhas explicou que o Regimento Interno é um conjunto de normas e regras que regem o funcionamento de determinados órgãos privados (escolas e condomínios) e públicos (tribunais e casas legislativas), inclusive tendo uma determinação constitucional para organizar-se, como é o caso do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da ALBA. "Nosso Regimento Interno é de 1985, época em que saímos do bipartidarismo no Brasil, e ao longo do tempo ele foi sofrendo uma série de modificações para se adequar às outras bancadas e representações partidárias que surgiram, ocorrendo, então, uma série de resoluções com alterações. Desde o início dos anos 90 que se criam comissões para reforma do antigo regimento interno, mas nunca houve avanço nesse sentido", salientou.

Em breves considerações apresentadas aos participantes, o palestrante falou sobre Emenda Constitucional, Lei Complementar, Lei Ordinária, Lei Delegada, Medida Provisória e Decreto Legislativo. Esclareceu quais são as fases do processo legislativo e quais autoridades públicas têm competência para dar início ao processo em diferentes órgãos. O



Explicação de Geraldo Mascarenhas, diretor parlamentar da ALBA, foi prestigiada por cerca de 60 servidores

diretor parlamentar informou também que "os cidadãos podem propor emenda à constituição, exigindo-se, nessa situação, as assinaturas de, no mínimo, 1% do eleitorado do Estado". Geraldo Mascarenhas descreveu ainda como se dá o encaminhamento da proposição na Secretaria-Geral da Mesa, a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo e a abertura de pauta para emenda pelo prazo de 10 dias úteis. Quanto às proposições não submetidas ao processo legislativo, ressaltou as moções, indicações, requerimentos feitos pelos deputados, além dos atos e resoluções da Mesa Diretora, bem como os atos da presidência.

A gerente do Departamento Pedagógico da Escola do Legislativo, Yuriko Guimarães, lembrou que foi realizada uma pesquisa,

na área parlamentar, havendo a sinalização de que a temática do regimento interno tinha uma relevância de 100 % para os funcionários. "Estamos promovendo esta atividade, pois entendemos ser extremamente importante para todos que trabalham de alguma forma no rito, no procedimento de elaboração, tramitação e votação dos projetos de lei que são produzidos na Assembleia", pontuou a servidora. Há 18 anos trabalhando na Casa, a advogada Daiane Marques, lotada no Departamento de Apoio Técnico, aprovou a iniciativa do curso. "Fazemos notas técnicas e nosso trabalho tem a exigência de estar ligado ao regimento interno, para que os deputados possam ter subsídios na criação dos pareceres dentro das comissões permanentes, observando sempre o que

está previsto nas constituições estadual e federal", destacou.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pela deputada Maria del Carmen (PT), designou o seu chefe de gabinete, Marcos Portela, para acompanhar de perto o evento. O administrador de empresas revelou sua satisfação em aprender novos conteúdos para ajudar na construção da assessoria parlamentar. "Nós assessores precisamos ter um conhecimento, o mais profundo possível, do regimento interno, seja na elaboração, tramitação e prazo dos projetos de lei. Portanto, é fundamental, é primordial entender todo o funcionamento do processo legislativo. Estou muito animado em participar", concluiu o experiente servidor efetivo, que já tem 27 anos dedicados ao Parlamento baiano.

Cláudia Oliveira se congratula com Caravelas e Itagimirim

No dia 23 de abril, os municípios de Caravelas e Itagimirim comemoraram aniversário de emancipação político-administrativa. Na ocasião, a deputada Cláudia Oliveira (PSD) apresentou, na Assembleia Legislativa, moção de congratulações e aplausos.

Com cerca de 21 mil habitantes, a 721 km da capital baiana, o município de Caravelas faz limites com Alcobaca, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Lajedão, Ibirapuã e Nova Viçosa.

Na moção, a deputada destacou a economia do município. "Caravelas tem uma economia diversificada, com destaque para

o turismo, a pesca e a agricultura", disse. "A cidade é conhecida por suas praias, rica história e cultura, além de sua importância ambiental, sendo uma das principais portas de entrada para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Caravelas nos revela a mais rica biodiversidade", completou.

POVOAMENTO

A história da localidade, que celebra 62 anos de emancipação administrativa, foi destaque no documento entregue por Cláudia Oliveira. "O município iniciou o seu povoamento durante o ciclo

madeireiro, por volta de 1930, chegando a ser ponto de pouso para tropeiros que faziam comércio entre Minas Gerais e o Extremo Sul da Bahia", contou. "Nos anos 80, com a quase totalidade das ruas calçadas, rede de esgoto, praças arborizadas, praticamente nenhuma criança fora da escola e atendimento médico preventivo nas residências de famílias pobres, Itagimirim recebeu o título de 'Cidade Modelo'".

"É uma satisfação como deputada estadual celebrar um momento tão importante para as populações dos dois municípios, composta de pessoas guerreiras e determinadas".



Deputada Cláudia Oliveira (PSD)

Neusa Cadore solicita pavimentação em estrada no município de Ipirá

A pavimentação asfáltica do trecho que liga a BA-233 até a Barragem do Trapiá, localizada no Rio do Peixe, no município de Ipirá, foi solicitada pela deputada Neusa Cadore (PT) ao governador Jerônimo Rodrigues em indicação encaminhada através da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

A parlamentar explica, na proposição, que “a referida via é acesso entre a sede do município de Ipirá e a Barragem do Trapiá, que fica próxima aos povoados de Conceição e Caixa d’Água, congregando ainda os povoados vizinhos e as pessoas que trafegam nessa estrada para outras localidades”.

Segundo Neusa Cadore, a barragem há algum tempo tem sido ponto turístico na região, proporcionando diversão e lazer aos municípios e pessoas da



Deputada
Neusa Cadore
(PT)

região, que têm a disposição um ambiente com balneário, restaurantes e espaço de interação social para famílias, adultos e crianças.

A deputada argumenta que o município de Ipirá tem economia baseada na produção de couro, sediando diversas fábricas

que atendem ao mercado brasileiro e internacional com a exportação de carteiras, cintos e bolsas. Além disso, o município se destaca por ser importante bacia leiteira e produção agrícola, notadamente de feijão, sendo a produção escoada pela referida estrada.

“O estado precário de circulação na via se agrava, sobretudo, nos períodos chuvosos, não oferecendo quaisquer condições de tráfego”, afirma a legisladora petista.

A petista argumenta que “o investimento se mostra necessário, diante da necessidade de fortalecer o crescimento das pequenas cidades, com o objetivo de construir e adequar as estradas para melhorar o acesso das comunidades rurais aos centros urbanos, aos serviços, ao comércio e o transporte seguro das pessoas, assegurando o permanente escoamento da produção agropecuária e o estímulo ao turismo”.

Por fim, Neusa Cadore reitera a solicitação ao governador e indica que a obra seja realizada através da Secretaria de Infraestrutura, representada pelo secretário Sérgio Brito.

Zó parabeniza o sindicato de trabalhadores rurais de Juazeiro



Deputado Zó (PC do B)

O deputado Zó (PC do B) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma moção de aplausos em reconhecimento aos oito anos de fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Juazeiro (STTAR). No documento, ele ressaltou o “importante papel” desempenhado pelo sindicato na defesa dos direitos da classe trabalhadora na região do Vale do São Francisco. “Des-

de sua criação, o STTAR tem se destacado pelo compromisso em promover a mediação entre os trabalhadores rurais e as empresas da região, buscando fortalecer e assegurar os direitos dos trabalhadores”, afirmou Zó.

Além disso, acrescentou ele, o sindicato tem desenvolvido ações de formação social e capacitação, em parceria com diversas instituições, visando o desenvolvimento e o bem-es-

tar dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Juazeiro. “Em nome de toda a diretoria, celebramos este dia e nos colocamos à disposição para continuar na luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Juazeiro”. O parlamentar pontuou ainda o compromisso do sindicato em continuar na luta pelos direitos e melhores condições de trabalho para a categoria.

Eduardo Salles lamenta morte de Baltazar Esteves Matos

Consternou o deputado Eduardo Salles (PP) a morte do ex-vereador Baltazar Esteves Matos, ocorrida na sexta-feira (19) no Hospital de Base, em Ubaitaba. Por meio de uma moção de pesar, o parlamentar manifestou solidariedade à família e amigos

de Baltazar.

“Por meio desta moção de pesar, expresso as mais sinceras condolências e profundo pesar à família de Baltazar Esteves Matos”, afirmou Salles.

Por fim, o parlamentar lembra que “Bal do Armandão” como era carinhosamente

conhecido, dedicou sua vida a servir a família e a sua comunidade. “Era um exemplo de ser humano, reconhecido por sua conduta íntegra, sendo muito querido, admirado e respeitado pelos amigos e pela população de Barro Preto”, pontuou.



Deputado Eduardo Salles (PP)

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Adolfo Menezes

1º Vice-Presidente

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º Vice-Presidente

Deputado Marquinhos Viana

3º Vice-Presidente

Deputado Antônio Henrique Júnior

4º Vice-Presidente

Deputado Laerte do Vando

1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga

2º Secretário

Deputado Samuel Junior

3º Secretário

Deputado Vítor Azevedo

4º Secretário

Deputado Zó**SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**
 EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA..... 7
 NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES 8
SAF - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO - AVISOS 9

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 25.308/2024

Reconhece a Campanha da Fraternidade, como Patrimônio Religioso, Cultural e Imaterial do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecido como Patrimônio Religioso, Cultural e Imaterial do Estado da Bahia, a Campanha da Fraternidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2024.

Deputado ALEX DA PIATÃ - PSD

JUSTIFICATIVA

Baseado no contexto histórico da Campanha da Fraternidade, além do fato do engajamento social, proponho elevá-la a Patrimônio Imaterial do Estado da Bahia, como forma de reconhecimento ao seu trabalho de sensibilização conduzido a cada ano com os mais diversos temas, estes, importantíssimos para nossa sociedade.

De forma alguma estará em discussão a soberania da Bahia perante os outros estados Brasileiros. Afinal, a Campanha da Fraternidade é um convite que a igreja faz para toda a sociedade no sentido de que todo mundo, pode e deve participar e integrar as ações de gestos concretos da Campanha da Fraternidade.

Considerando a importância do tema em questão, solicito o apoio dos membros do legislativo, para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2024.

Deputado ALEX DA PIATÃ - PSD

(Às Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

REQUERIMENTO Nº 10.478/2024

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

A Deputada infrafirmada vem, perante V.Exª, requerer, em conformidade com o disposto no art. 120, IV, do Regimento Interno da Alba, a retirada do Projeto de Lei nº 23.867/2020, que altera a Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, para assegurar “pensão diferenciada” aos dependentes de servidor público atuantes nos serviços essenciais ao combate

da pandemia, que venha a falecer em razão da contaminação por COVID-19 de sua autoria, em virtude de superado o período pandêmico.

P. deferimento

Sala das Sessões, 17 de abril de 2024.

Deputada NEUSA CADORE

(Defiro.)

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E RELAÇÕES DE TRABALHO

PARECER DO RELATOR
(PROJETO DE LEI N.º 22.644/2017)

EMENTA: Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho ao Projeto de Lei n.º 22.644/2017, de autoria do Deputado Alan Sanches, que pretende obrigar os estabelecimentos situados no Estado da Bahia a consignar nos talões de crediário distintamente o valor correspondente à parcela do produto e o montante atribuído a título de juros e dá outras providências. Princípio da Informação. Parecer Favorável.

Cuida-se de Projeto de Lei n.º 22.644/2017, de autoria do Deputado Alan Sanches, com fito na obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais situados no Estado da Bahia a consignar nos talões de crediário distintamente o valor correspondente à parcela do produto e o montante atribuído a título de juros e dá outras providências.

O Parlamentar autor, aduz na justificativa da proposição que “não é novidade o vultoso valor atribuído aos juros na aquisição de diversos itens na modalidade parcelada, sendo em diversas oportunidades manifestamente abusiva a taxa implementada quando comparada ao próprio preço do produto, onerando excessivamente o consumidor”.

Complementa o autor da proposição que “com esta iniciativa imperativa será levado ao consumidor o conhecimento acerca da dimensão de tais parcelas na formação do valor total a ser adimplido, bem como fomentada a conscientização do adquirente acerca dos diferentes mecanismos de pagamento e suas respectivas implicações no índice de juros, prezando pela preservação do patrimônio do cidadão baiano”.

Restrita a presente análise ao tema fulcral do Projeto de Lei, respeitadas as competências das demais comissões, sobretudo a de Constituição e Justiça, reserva-se notadamente às implicações ao redor dos Direitos do Consumidor.

Fato irrefutável que é dever anexo do fornecedor informar de maneira adequada e permanente as questões que envolvem os produtos ou serviços ofertados, assim como todos os aspectos do contrato de consumo. Com isso, assegura-se ao consumidor a escolha livre, consciente e desembaraçada que lhe permitirá atingir as expectativas criadas quando da efetiva celebração do negócio.

Em argumento de reforço, imprescindível sobrelevar que no art. 6º, o CDC prevê como direito básico do consumidor a obtenção de informação adequada sobre os produtos e serviços, bem como a especificação correta da quantidade, das características, a composição, a qualidade, os tributos incidentes e o preço.

Conclui-se que o referido Projeto de Lei, no que concerne ao seu tema nuclear, objetiva conferir maior amplitude ao direito informacional do consumidor, permitindo que este proceda com mais consciência quando das compras.

Considerando, portanto, o atendimento aos fundamentos legais e constitucionais, esta Relatoria resolve exarar parecer FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO e APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n.º 22.644/2017.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2024.

VOTOS DOS(AS) SRS.(AS) DEPUTADOS(AS) AO PARECER:

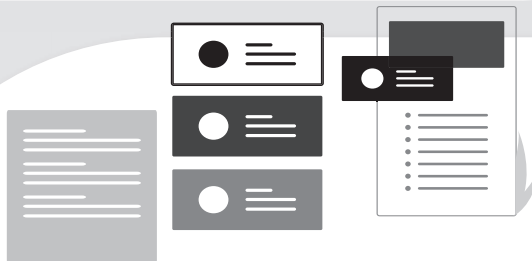
PRESIDENTE: Júnior Muniz

RELATOR: Dr. Diego Castro

A FAVOR: Tiago Correia, Euclides Fernandes, Laerte do Vando e Pedro Tavares.

EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO



DIÁRIO OFICIAL PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para
câmaras e prefeituras baianas,
com baixo custo e segurança.

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

Sede Egba

71 3343-2850/2865

Municípios (Publica Bahia)

71 3343-2833

www.egba.ba.gov.br



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO



SAF - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO - AVISOS



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2024

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, através do Pregoeiro Oficial, designado pelo Ato nº 3.334/2024, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia **13/05/2024**, às **10h**, na plataforma **BLL COMPRAS** <https://bll.org.br/>, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, sob demanda com base nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominado SINAPI. As empresas interessadas encontrarão o Edital no endereço eletrônico www.bll.org.br e no site: licita.alba.ba.gov.br. Salvador, 24 de abril de 2024. MARCOS ANTÔNIO CAIRES ARAÚJO - Pregoeiro Oficial.